

PROCESSO TCE/AC 124.253
ENTIDADE: Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Cel. Júlio César dos Santos
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.384/2019 PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC. Exercício de 2016. Ressalvas. Recomendações. Arquivamento dos Autos.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, considerar **REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas do Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do **Cel. Júlio César dos Santos**, Comandante Geral da Polícia Militar em 2016, valendo como ressalva a ausência de assinatura do controlador interno; **2)** pela notificação da origem para correção da falha apontada nas próximas edições da espécie. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 15 de agosto de 2019.

Cons. **Antônio Cristóvão Correia de
Messias**
Presidente

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**

Cons^a. **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

Dr. Sérgio Cunha Mendonça
Procurador-Chefe MPC

PROCESSO TCE/AC 124.253
ENTIDADE: Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Cel. Júlio César dos Santos
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se da Prestação de Contas do Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do **Cel. Júlio César dos Santos**, Comandante Geral da Polícia Militar à época dos fatos.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório técnico preliminar às fls. 38 a 49.
3. Devidamente citado (fls. 54 e 55) o gestor apresentou defesa às fls. 57 a 130.
4. Em relatório conclusivo de análise técnica de fls. 135 a 144 a unidade técnica opinou pelas seguintes ressalvas:
 - 4.1. Erros formais nos pagamentos de notas fiscais em face do pagamento sem análise do controle interno.
 - 4.2. Pagamentos sem o despacho do Ordenador de Despesas.
 - 4.3. Atendimento parcial da Resolução TCE n. 87 em face da ausência no parecer do controle interno de informação de possível irregularidade com a indicação das medidas adotadas para correção de possíveis faltas encontradas.
 - 4.4. Falhas no recolhimento do ISS.
5. Pronunciamento do Ministério Público Especial às fls. 149 a 151.

É o sucinto relatório.

Rio Branco - Acre, 15 de agosto de 2019.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

PROCESSO TCE/AC 124.253
ENTIDADE: Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016.
RESPONSÁVEL: Cel. Júlio César dos Santos
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

(Relator):

1. Compulsando os autos verifica-se as seguintes falhas formais apontadas pela análise técnica não ensejam prejuízos de ordem financeira e são passíveis de correções das falhas nas próximas edições da espécie. Ademais como bem citou o parecer do *Parquet* especial a nota fiscal que embasou o subitem 4.1.3 do relatório conclusivo (fls. 135 a 144) teve seu recolhimento devidamente recolhido o que não enseja sequer a ressalva proposta.

2. Quanto a ressalva proposta em face de pagamentos de notas fiscais sem a prévia análise do controle interno vale ressaltar da inexistência na Lei Geral de Licitações e contratos de obrigação para tal medida. Todavia, a Gestão deve observar seus normativos internos quanto possíveis recomendações a respeito. Entretanto, resalto que eventual recomendação a respeito não deve ser motivo sequer para ressaltar contas em face pois a responsabilidade da liquidação da despesa é do fiscal do contrato que vincula o financeiro a realizar os pagamentos (art. 67 da Lei n. 8.666/1993)¹. Portanto, análise prévia do controle interno sobre os pagamentos seria inócuo, na minha opinião.

3. Ante o exposto, consubstanciado nas informações acima, no relatório técnico e parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas, **VOTO**:

3.1. Nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **REGULAR COM**

¹ Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

RESSALVAS a Prestação de Contas do Polícia Militar do Estado do Acre - PMAC, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade do **Cel. Júlio César dos Santos**, Comandante Geral da Polícia Militar em 2016, em face de pagamentos sem o devido despacho do Ordenador de Despesas.

3.2. Pela notificação da origem para correção da falha apontada nas próximas edições da espécie.

3.3. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco - Acre, 15 de agosto de 2019.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator